



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000973435**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0006538-19.2013.8.26.0106, da Comarca de Caieiras, em que é apelante TRANSPORTADORA BABILÔNIA LTDA., são apelados MILVAN LIMA FRAZAO (JUSTIÇA GRATUITA) e DEUZUITA LIMA FRAZÃO (ESPÓLIO).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **RECURSO NÃO PROVIDO. V.U.\***, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT (Presidente), LUÍS ROBERTO REUTER TORRO E ALFREDO ATTÍE.

São Paulo, 30 de novembro de 2021.

**DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

VOTO N° : 22.457  
APELAÇÃO N° : 0006538-19.2013.8.26.0106  
COMARCA : CAIEIRAS - 2ª VARA  
APELANTE : TRANSPORTADORA BABILÔNIA LTDA.  
APELADOS : MILVAN LIMA FRAZAO E OUTRO  
JUIZ : DANIEL NAKAO MAIBASHI

\*AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Responsabilidade civil extracontratual. Acidente de trânsito ocorrido no dia 10 de dezembro de 2012. Colisão de veículo pertencente à ré e conduzido por preposto dela contra motocicleta conduzida pelo filho e irmão dos autores. Falecimento da vítima. SENTENÇA de parcial procedência. APELAÇÃO só da ré, que visa tão somente à redução da indenização moral para o montante de R\$ 35.000,00, a ser dividido entre os dois (2) autores, a pretexto de já ter efetuado o pagamento de indenização ao filho da vítima. EXAME: prejuízo moral em ricochete que, no caso, se configura “in re ipsa”. Indenização arbitrada na módica quantia de R\$ 35.000,00 para cada autor que deve ser mantida, tendo em vista os parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade, além das circunstâncias específicas do caso concreto. Indenização paga ao filho da vítima que não tem o condão de afastar o direito da mãe e do irmão à indenização ora arbitrada, e que já foi considerado para o arbitramento. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO.\*

Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais ajuizada pelos apelados contra a apelante, sob a alegação de que “...em 10/12/2012, o irmão do autor Milvan e filho da autora Deuzuita foi vítima de um acidente de trânsito causado por preposto da ré. Discorreram sobre a legitimidade ativa, a responsabilidade da ré e os danos causados. Assim, requereram a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais sofridos”, conforme relatado na fl. 284.

O MM. Juiz “*a quo*” proferiu a r. sentença apelada, decidindo “*in verbis*”: “...*JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a ré a pagar a cada um dos autores a quantia de R\$ 35.000,00, atualizada monetariamente pelos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça desde a data desta sentença e acrescida de juros de mora, de 1% ao mês, a contar de 10/12/2012. Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil*” (“*sic*”, fls. 284/288).

Inconformada, apela a ré visanndo tão somente à redução da indenização moral para o montante de R\$ 35.000,00, a ser dividido entre os dois (2) autores, a pretexto de já ter efetuado o pagamento de indenização ao filho da vítima (fls. 291/298).

Anotado o Recurso (fl. 301), os autores apresentaram contrarrazões (fls. 304/313).

É o **relatório**, adotado o de fls. 284/285.

A Apelação comporta conhecimento, porquanto observados os requisitos de admissibilidade (v. artigos 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil).

Por primeiro, anota-se que a pretensão recursal recai tão somente sobre o “*quantum*” indenizatório, não havendo discussão quanto à configuração da responsabilidade civil da ré em relação ao acidente em causa.

Malgrado o inconformismo da ré, ora apelante, a r. sentença apelada não comporta a pretendida reforma.

Com efeito, é pacífica a Jurisprudência pátria no sentido de que os familiares podem sofrer dano moral “*em ricochete*”, também chamado dano moral reflexo ou indireto, em razão de sofrimento advindo da morte de um parente próximo, fazendo jus à indenização por danos morais, com fundamento nos artigos 11 e 12 do Código Civil.

No caso dos autos, o dano moral reflexo se configura “*in re ipsa*”, já que tem como decorrência lógica os sentimentos profundos de dor, tristeza e desamparo, advindos da perda de um ente familiar tão próximo como um filho e um irmão, com sofrimento emocional imensurável. O prejuízo moral no caso revela-se óbvio e comporta a justa reparação, assegurada pela Constituição da República no artigo 5º, incisos V (“*é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem*”) e X (“*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”).

Aliás, conforme previsto no artigo 186 do Código Civil, “*Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral,*

*comete ato ilícito*”. E, conforme previsto no artigo 927, “*caput*”, do mesmo Código, “*Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*”.

Assim, era mesmo de rigor a condenação da Empresa ré ao pagamento de indenização pelos danos morais padecidos pelos autores (v. artigos 5º, incisos V e X, da Constituição Federal e 186 do Código Civil).

No que tange ao “*quantum*” indenizatório, foi arbitrado na módica quantia de R\$ 35.000,00 para cada autor e deve ser mantido nesse patamar, ante as circunstâncias específicas do caso concreto e ainda os parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade, a capacidade financeira da demandada, além dos valores indenizatórios determinados na Prática Judiciária. Tem-se que essa quantia mostra-se condizente para a reparação moral em questão, sem aviltar o sofrimento dos autores nem implicar enriquecimento sem causa, servindo outrossim para desestimular a reiteração da conduta pela ré, considerando as circunstâncias do caso concreto, a gravidade da situação e os inconvenientes suportados pelos demandantes com o acidente (v. artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal e artigos 186, 187, 927 e 944 do Código Civil). A propósito, estabelece o artigo 944, “*caput*” do Código Civil, “*in verbis*”: “*A indenização mede-se pela extensão do dano*”.

Quanto à indenização que foi paga pela ré ao filho da vítima, tem-se que esse valor já foi considerado para o arbitramento da indenização em relação à mãe e o irmão do “*de cujus*”,

não sendo caso de abatimento no tocante, já que o direito de um não interfere no do outro.

Resta a Rejeição do Recurso por conseguinte.

A propósito, eis a Jurisprudência desta Corte:

*1002198-64.2018.8.26.0615 Visualizar inteiro teor Visualizar ementa sem formatação (46 ocorrências encontradas no inteiro teor do documento)*

*Classe/Assunto: Apelação Cível / Acidente de Trânsito*

*Relator(a): Luiz Eurico*

*Comarca: Tanabi*

*Órgão julgador: 33ª Câmara de Direito Privado*

*Data do julgamento: 18/11/2021*

*Data de publicação: 18/11/2021*

*Ementa: ACIDENTE DE TRÂNSITO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM ALIMENTOS JULGADA PROCEDENTE AJUIZADA PELA COMPANHEIRA E FILHA DA VÍTIMA FATAL DO ACIDENTE DESCRITO NOS AUTOS – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS AJUIZADA PELOS PAIS E IRMÃOS DA VÍTIMA JULGADA PROCEDENTE – ALEGAÇÃO DE QUE A INDENIZAÇÃO ARBITRADA FOI FIXADA EM VALOR ACIMA DO RAZOÁVEL SOB O ARGUMENTO DE FALTA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS – CULPA DO RÉU CARACTERIZADA – DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - DANOS MORAIS DEVIDOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO – PENSÃO MENSAL MANTIDA – APELAÇÕES NÃO PROVIDAS*

*1048127-66.2017.8.26.0224 Visualizar inteiro teor Visualizar ementa sem formatação (34 ocorrências encontradas no inteiro teor do documento)*

*Classe/Assunto: Apelação Cível / Acidente de Trânsito*

*Relator(a): Marcos Ramos*

*Comarca: Guarulhos*

*Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado*

*Data do julgamento: 30/09/2021*

*Data de publicação: 30/09/2021*

*Ementa: em>Acidente de trânsito – Colisão entre caminhão e motocicleta - Ação de indenização por dano moral - Demanda de filho e irmãos de vítima fatal - Sentença de procedência – Recurso da empresa ré - Manutenção do julgado - Cabimento – Preliminar de prescrição da ação bem rejeitada, por força do art. 200 do CC - Exclusiva culpa do motorista da ré pelo acidente que vitimou o filho e irmão dos autores - Ré que não comprovou, nestes autos, que não ostenta responsabilidade pelo acidente – Danos morais suficientemente demonstrados - Indenização devida – Valor bem fixado. Apelo da ré desprovido.*

1006257-94.2018.8.26.0292 Visualizar inteiro teor Visualizar ementa sem formatação (35 ocorrências encontradas no inteiro teor do documento)

Classe/Assunto: Apelação Cível / Acidente de Trânsito

Relator(a): Maria Lúcia Pizzotti

Comarca: Jacareí

Órgão julgador: 30ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 29/01/2021

Data de publicação: 29/01/2021

*Ementa: em>ACIDENTE DE TRÂNSITO – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – DEMANDA AJUIZADA PELOS PAIS E IRMÃOS DA VÍTIMA – MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA - Diante da comprovação de que a vítima, apesar de casada, possuía relacionamento próximo como os pais e com os irmãos, imperiosa se faz a majoração do quantum indenizatório para a quantia de R\$ 150.000,00 a ser partilhada de forma igualitária entre os genitores e a quantia de R\$ 60.000,00 a ser partilhada de forma igualitária entre os irmãos, a qual melhor compõe o dano por eles suportado, sem prejuízo da indenização já paga em favor da esposa e filhos da vítima nos autos da demanda. - Tratando-se de responsabilidade extracontratual, o termo inicial dos juros de mora deve a data do evento danoso. RECURSO PROVIDO.*

Impõe-se, pois, a manutenção da r. sentença apelada pelos próprios e jurídicos fundamentos, inclusive no tocante aos ônus sucumbenciais, mas com a majoração da verba honorária sucumbencial para doze por cento (12%) do valor da condenação, “*ex vi*” do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, nega-se provimento ao Recurso.

**DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT**  
**Relatora**